

IGOR FONTES TREVIZAN

Os últimos momentos da República Velha:  
Os movimentos políticos no caminho da Revolução de 1930

Trabalho de Conclusão de Curso ou  
Dissertação ou Tese apresentado à Faculdade  
de Direito “Prof. Jacy de Assis” da  
Universidade Federal de Uberlândia como  
requisito parcial para obtenção do título de  
bacharel Direito.

Área de concentração: Direito

Orientador: Hugo Rezende Rodrigues

Uberlândia

2024

## **Os últimos momentos da República Velha:**

Os movimentos políticos no caminho da Revolução de 1930<sup>1</sup>

## **The last moments of the Old Republic:**

The political movements on the path to the 1930 Revolution

Igor Fontes Trevizan<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca demonstrar os movimentos políticos e sociais que antecederam e balizaram ideologicamente a Revolução de 1930, se apresentando como uma insatisfação generalizada contra o *status quo* e ideologicamente difusa, quando, na realidade, não se dispuseram a combatê-lo. O trabalho busca destacar as características em comum dos principais movimentos políticos brasileiros do início do século XX, exemplificado nas defesas genéricas de combate à corrupção; fortalecimento do Estado por meio de ampliações do poder executivo e centralização do poder político em detrimento dos arranjos federalistas até então vigentes; e um sintomático distanciamento das massas populares, ao mesmo tempo que se intentava sua cooptação. Ao final, o texto busca evidenciar os principais ideólogos desse movimento político, pensadores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, que subsidiariam as correntes políticas do período histórico defendendo a criação de um Estado notadamente corporativista inspirado nos moldes do fascismo italiano e adaptado as particularidades que estes enxergavam na realidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** República Velha. Revolução de 1930. Corporativismo. Autoritarismo. Nacionalismo. Fascismo. Tenentismo.

**ABSTRACT:** The paper intends to demonstrate the social and political works that preceded and substantiated the 1930's Revolution, which presented themselves as an ideologically diffuse and generalized and misguided discontent with the political establishment. All while at the same time refusing to change it. The work developed herein seeks to highlight the characteristics that all those different movements have in common. Exemplified in a generic defence of corruption combating; centralization of political power in the executive branch of the State; and a symptomatic distancing from the masses, while at the same time attempting to coopt them. Ultimately, the text seeks to highlight the main sociopolitical and philosophic thinkers that underpinned these political movements.

**KEYWORDS:** 1930's Revolution. Old Republic. Corporativism. Authoritarianism. Nationalism. Fascism.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, em sede de Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Direito pela Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis" da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

## **1 INTRODUÇÃO**

O novo desenho social do início do século XX trouxe consigo novas demandas, de distintos estratos sociais, que continuavam tutelados pela mesma burguesia cafeeira que comandava o Estado brasileiro. A insatisfação contra a ordem vigente era crescente e generalizada.

O *crash* da bolsa de Nova Iorque só fez se extremarem as contradições e desigualdades da sociedade brasileira, dando ímpeto ao descontentamento da população e proporcionando o desentendimento entre governo e classe dominante. Nesse período, a chegada de imigrantes europeus, somada a um processo de urbanização e tímida industrialização, deram espaço para o surgimento das primeiras organizações de trabalhadores urbanos, inspirados principalmente pelo anarquismo e marxismo.

Tal cenário foi o terreno fértil para que os movimentos autoritários, especialmente os de inspiração fascista/corporativista que faziam frente ao internacionalismo marxista e adotavam um viés nacionalista, enquanto também se insurgia contra o liberalismo federalista da Primeira República, adotando um discurso de centralização do poder estatal, que ressoava de forma convincente entre os positivistas das Forças Armadas.

Diante deste pano de fundo histórico, o presente artigo busca demonstrar como esses movimentos permeiam a política nacional desde o início do século XX e balizaram ideologicamente a Revolução de 1930, se apresentando como uma insatisfação generalizada contra o *status quo*, ideologicamente difusa, quando, na realidade, não se dispuseram a combatê-lo. Quando muito, apaziguá-lo. Em outras palavras: mudar tudo, para não mudar nada.

## **2 O MUNDO NA VIRADA DO SÉCULO XX**

### **2.1 Cenário socioeconômico global do final do século XIX ao início do século XX**

O início do século XX é marcadamente um período conturbado, de tensionamento das forças político-ideológicas domésticas e internacionais. Não por acaso, é em sua primeira metade que ocorrem alguns dos fatos mais marcantes da memória coletiva recente.

A partir do final do século XIX, à medida que se aprofundavam os desdobramentos da revolução industrial, o padrão econômico e de produção passava a ser de grandes empresas e indústrias de porte nacional ou internacional com centenas de filiais que substituíram as

iniciativas locais de pequeno e médio porte. O mesmo padrão se aplicava aos setores financeiros, com a incorporação de bancos menores pelos maiores e a criação de um mercado de crédito internacional<sup>3</sup>. Neste sentido arremata Hobsbawm: “A ‘mão visível’ das modernas organização e administração empresariais agora substitui a “mão invisível” do mercado anônimo de Adam Smith”<sup>4</sup>. Assim pode-se concluir que a segunda metade do século XIX foi um período de aprofundamento das relações capitalistas e imperialistas, em que esforços estatais e privados se conjugavam na construção de impérios e grandes monopólios industriais<sup>5</sup>.

Este processo de monopolização do capital industrial e financeiro rumando ao imperialismo, como assinalou Lenin, é um processo de continuação direta das características do capitalismo em geral. Em suas palavras:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo tornou-se imperialismo capitalista apenas quando chegou a um determinado estágio, muito elevado, de seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a se transformar no seu oposto, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Economicamente, é fundamental nesse processo a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.<sup>6</sup>

Isto significa dizer que a agudização das contradições capitalistas não era uma consequência necessariamente indesejada, mas uma extensão do próprio meio de produção capitalista que encontra na monopolização e na concentração de produção e riqueza, uma forma de aumentar em influência e capital.

## 2.2 O cenário político no início do séc. XX

É, também, durante este período que as críticas à esquerda contra o liberalismo forçam a abertura o acesso à política, que deixa de ser exercida por poucos indivíduos retirados do corpo social e pertencentes a uma elite política e econômica (não raro secundados por normas censitárias de impedimento do acesso proletário a instâncias de poder), e vemos o surgimento de organizações e movimentos políticos que abarcam outros estratos da sociedade.

---

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 79.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 80.

<sup>5</sup> LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.

<sup>6</sup> LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 123.

A ampliação do sufrágio observada entre o final do século XIX e o início do século XX, fez entender com cada vez mais clareza que a participação das massas na vida política era inevitável. Mesmo que estes avanços fossem, às vezes, muito tímidos, ainda restritos a uma elite educada e proprietária, ou ainda podada politicamente de exercício pleno de poder político real (como é o caso dos parlamentos inglês e alemão, no início do século XX, onde as assembleias que representavam esse sufrágio ampliado tinham atribuições diminuídas frente às assembleias tradicionais e muito mais restritas à nobreza e a elite econômica)<sup>7</sup>. Isto ocorreu, pois, este avanço sufragista não foi diretamente recebido pela classe governante com entusiasmo, preferindo-se manter sistemas de voto que favorecessem sua própria agenda política. De toda forma, com a ampliação do direito de voto, observa-se que as organizações de massa de camponeses e, principalmente, de trabalhadores assalariados urbanos emergem no centro do debate político<sup>8</sup>.

Para Engels, inclusive, o avanço do sufrágio traria, inevitavelmente, mais votos para a esquerda<sup>9</sup>. Como se observa no prefácio feito à edição de 1895 de “A luta de classes na França”:

Se continuar assim, até o final do século conquistaremos a maior parte dos estratos médios da sociedade, tanto pequeno-burgueses como pequenos agricultores, e chegaremos à estatura de força decisiva no país, à qual todas as demais forças precisarão se curvar, querendo ou não.<sup>10</sup>

E mesmo que pudesse antever que desta iniciativa partiriam contra-ataques, aquilo que Engels não poderia esperar, como sintetizou Paxton, é que os contra-ataques direitistas “viria a conquistar o apoio das massas. Uma ditadura antiesquerdista cercada de entusiasmo popular – essa foi a combinação inesperada que os fascistas conseguiram criar no curto espaço de uma geração.”<sup>11</sup>.

Estes movimentos exaltavam pela primeira vez um nacionalismo que bradava a bandeira nacional “contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas”<sup>12</sup>, que se contrapunha, por sua vez,

---

<sup>7</sup> HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p.145.

<sup>8</sup> HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 144-146.

<sup>9</sup> PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 13.

<sup>10</sup> ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França: de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 24.

<sup>11</sup> PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 14.

<sup>12</sup> HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 232.

ao internacionalismo e ao antimilitarismo propostos pelos comunistas na Segunda Internacional (1889-1916)<sup>13</sup>.

As grandes potências, por sua vez, aumentaram seus gastos militares numa crescente corrida armada que caminhava para um conflito que ao mesmo tempo em que parecia inevitável, quando finalmente se inicia, surpreende a todos no globo.

Fruto da intensificação das contradições e tensões políticas, o que a Primeira Guerra Mundial fez foi aprofundá-las ainda mais.

O sentimento antiguerra e antimilitarista definido nos congressos da Segunda Internacional, e capitaneado pelos partidos trabalhistas e socialistas da época começou a tomar os trabalhadores que se encontravam lutando nos fronts de batalha. Por sua vez, operários e camponeses que não estavam combatendo, mas que enfrentavam as duras penas o que o esforço de guerra os impunha, passaram, cada vez mais, a radicalizar-se.

Sua explosão máxima foi a revolução bolchevique de outubro de 1917, gestada a partir da insatisfação operária no soviete (conselho operário) de São Petesburgo. O sucesso da revolução sinalizou para as esquerdas do mundo que a tomada de poder pelos trabalhadores era possível e uma onda revolucionária tomou o globo pelos anos que se seguiram. Tais sinais foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além.

Hobsbawm comenta em sua obra sobre “soviets” que foram formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba”, e mais adiante diz: “Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários”. Ainda em 1918, notou o autor, apesar de não possuírem o mesmo cunho revolucionário, vê-se que: “uma onda de greves políticas e manifestações antiguerra em massa varreu a Europa Central, começando em Viena, espalhando-se via Budapeste às regiões tchecas da Alemanha e culminando na revolta dos marinheiros austro-húngaros no Adriático”<sup>14</sup>.

Em resposta ao sucesso revolucionário bolchevique, observou-se também a organização de forças e movimentos contrarrevolucionários. E na seara das fracassadas revoluções inspiradas pela revolução de outubro, e de tentativas, também frustradas, conservadoras e

---

<sup>13</sup> CARONE, Edgard. Os Congressos da II Internacional: (Stuttgart - 1907). **Princípios**, São Paulo, n. 24, p. 55-63, 1992.

<sup>14</sup> HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX [1914-1991]**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 78-79.

liberais de redesenhar o cenário geopolítico europeu no pós-guerra, abriu-se espaço político para a ascensão do extremismo direitista. Dentre esses, seus principais expoentes são o fascismo, sobre o qual trataremos especificamente mais adiante, e o nazismo alemão.

Nas palavras de Hobsbawm, a primeira metade do século XX é: “provavelmente, o mais revolucionário já vivido pela espécie humana, em termos de transformações sociais que afetam os homens e mulheres comuns do mundo (...)”<sup>15</sup>.

### 3 O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XX

O Brasil, por sua vez, não se encontrava desconexo das movimentações globais. Dentro de suas fronteiras espelhavam-se, salvaguardadas as devidas proporções, o aprofundamento do meio de produção capitalista e o acirramento de suas próprias contradições, refletidas no crescimento dos centros urbanos, em especial a cidade de São Paulo (motivada principalmente, anotou Fausto: “no afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair das atividades agrícolas.”<sup>16</sup>), que veio acompanhada também de um crescimento de uma burguesia industrial urbana, ocorridas principalmente na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, e na cidade de São Paulo<sup>17</sup>.

A Proclamação da República em 1889 não trouxe consigo ventos de estabilidade política, mas, ao contrário, se desenrolaram disputas entre as elites para a tomada dos espaços de poder deixados pela derrubada da monarquia.

Entretanto, embora houvesse diferenças ideológicas e disputa entre os dois principais grupos, uma ala liberal federalista (com expoentes como Quintino Bocaiúva e Campos Salles) e uma outra ala de cunho ideológico positivista e ditatorial, a qual rejeitava as instituições do Estado Liberal (já, como expoentes desta ala, podemos citar: Júlio de Castilhos e Silva Jardim), como explicitou Balestra em sua tese de doutorado “eles se unem para pensar o sistema de governo que iria substituir o Parlamento Imperial”<sup>18</sup>. A presidência de Campos Sales, ainda nos conta o Balestra, apazigua as relações políticas entre os dois grupos num pacto que garantia

---

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 144-146.

<sup>16</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 284.

<sup>17</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 286-287.

<sup>18</sup> BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza. **Origens do presidencialismo no Brasil: um estudo sobre o pensamento político republicano no segundo reinado**. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 205.

amplios poderes ao presidente para governar sem oposição parlamentar, em troca do domínio político aos grupos estaduais e locais na indicação de cargos federais. Nas palavras do autor:

O sonho da ditadura republicana dos positivistas recebe vida no pacto com os federalistas. Ao contrário do que intuitivamente se poderia concluir, os federalistas brasileiros, cuja ideologia tinha cariz liberal, legatários de um movimento que nasceu denunciando o poder pessoal do Imperador, não se opunham ao autoritarismo. Mais do que isso, dele se serviram. Em relação ao sistema de governo, as diferentes facções do republicanismo se puseram em acordo: o Brasil precisava ser governado pela ação firme, sem contestação, de um só homem. Em troca, os estados e municípios recebiam garantia de manutenção do poderio local de seus grupos políticos. Um mandão nacional garantiria os mandonismos locais.<sup>19</sup>

Apesar do pacto dos governadores de Campos Sales garantir alguma estabilidade no âmbito da união, internamente, os próprios estados também estavam tomados por suas disputas políticas internas, que eventualmente eclodiram em revoltas armadas, como é o caso da chamada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

Contudo, ainda vale destacar, as palavras da historiadora Emília Viotti da Costa:

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros<sup>20</sup>.

O que significa dizer que para o trabalhador rural e urbano, ou seja, para os estratos sociais sem poderio político e ou econômico, a proclamação da república não importou em uma mudança em sua vida cotidiana.

### 3.1 Os movimentos sociais no Brasil no início do séc. XX

É durante a Primeira República que os movimentos sociais de trabalhadores começam a ganhar maior tração. Boris Fausto divide os movimentos entre campo e cidade. Os movimentos do campesinato nacional, Fausto dividirá em 3 grupos: “1º os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2º os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3º os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.”<sup>21</sup>. Um exemplo do primeiro grupo é Canudos, no norte do Estado da Bahia; do segundo grupo, pode-se citar

---

<sup>19</sup> BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza. Origens do presidencialismo no Brasil: um estudo sobre o pensamento político republicano no segundo reinado. *Tese* (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 204.

<sup>20</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, p. 490.

<sup>21</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022, p. 174-175.



como exemplo o Contestado, ocorrido entre as fronteiras do Paraná e de Santa Catarina; enfim, para o terceiro grupo, o autor destaca que: “Houve centenas de greves localizadas que deixaram um registro escasso. A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto por ocasião da safra.”<sup>22</sup>.

Os movimentos sociais de trabalhadores urbanos, por sua vez, têm relação direta com o crescimento da população urbana e diversificação da atividade econômica nas cidades. No entanto, a organização de movimentos operários tinha pouca expressão nacional. Como notou Boris Fausto:

As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de agradar a massa operária nascente.<sup>23</sup>

Assim, a pouca expressão nacional da organização de movimentos operários acabava por restringi-los a demandas imediatas dos trabalhadores organizados. Sem força política para pressionar por mudanças legislativas ou estruturantes.

### 3.2 Os movimentos políticos a partir de 1920

Entre 1917 e 1920 um ciclo de greves de grandes proporções mudou o quadro de pouca força política dos movimentos e organizações de trabalhadores brasileiros, trazendo o movimento operário para o centro do debate político. Boris Fausto identifica dois fatores na raiz deste ciclo:

Primeiro, o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a revolução de fevereiro de 1917, seguida da Revolução de Outubro do mesmo ano, na Rússia czarista.<sup>24</sup>

A partir de 1920 o movimento operário organizado começa a perder sua força, seja pela repressão estatal, seja pelos poucos louros colhidos pelo esforço dos movimentos operários. Ainda assim, na década de 1920 “surgiram claros indícios de uma ação do Estado no sentido de intervir nas relações de trabalho, pela aprovação de leis que concediam alguns direitos aos trabalhadores.”<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022, p. 176.

<sup>23</sup> FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022, p. 177.

<sup>24</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 299.

<sup>25</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 303.

Estes indícios da ação do Estado não surgem do nada, mas partem da reflexão das classes dominantes sobre a “questão social”, que emergiu nos debates ideológicos e políticos como efeito direto dos movimentos organizados dos trabalhadores. Nas palavras de Robert Levine:

A eclosão de uma militância trabalhista radical entre portuários e trabalhadores nos transportes, bem como as greves nas fábricas, levou a classe dominante a refletir sobre a ‘questão social’, definida como uma ameaça à ordem estabelecida por parte de agentes subversivos e seus seguidores. O medo de que houvesse um conflito de classes levou o governo a promulgar, em 1923, a lei Eloy Chaves, que exigia das companhias ferroviárias a concessão de pensões a seus operários e, um ano depois a instituição do Conselho Nacional do Trabalho<sup>26</sup>

O que fica claro, enfim, é o desenho de um novo quadro político nacional.

No Rio Grande do Sul, com vistas de impedir a reeleição de Borges de Medeiros para um quinto mandato no governo do estado, ao final de 1922, formava-se a Aliança Libertadora, a partir da união de dois grupos: dissidentes do Partido Republicano Riograndense, descontentes com as decisões tomadas pelos figurões do partido; e os antigos federalistas, dos tempos do governo de Floriano Peixoto<sup>27</sup>.

Em meio a acusações de fraude dos dois lados, a Aliança Libertadora é derrotada no pleito eleitoral, e em janeiro de 1923 eclode uma nova guerra civil no estado gaúcho. Os confrontos perduram por onze meses, até que é firmado em dezembro de 1923 o Acordo de Pedras Altas, que põe fim ao conflito, mantendo Borges de Medeiros no cargo, mas limitando seu poder<sup>28</sup>.

Entrementes, em São Paulo, surge em 1926 uma nova legenda partidária: o Partido Democrático. Seu programa partidário tinha um programa de cunho liberal, defendia a reforma política por meio do voto secreto e obrigatório, representação das minorias, independência dos três poderes e a atribuição da fiscalização eleitoral ao Judiciário. Seu cunho liberal o diferenciava e o colocava em oposição ideológica ao Partido Republicano Paulista. Boris Fausto destaca que “Ele despertou entusiasmo em uma parcela ponderável da classe média que não era contemplada pelos favores do “perrepismo” e aspirava a ampliar oportunidades na sociedade e na administração pública.”<sup>29</sup>. Sobre o caráter do Partido Democrático, o historiador ainda pontua:

Seria engano pensar que o PD se definia como um partido moderno que controlava as grandes cidades, enquanto o arcaico PRP controlava o campo. Os democráticos também tinham redutos na área rural, onde se utilizavam das mesmas práticas

---

<sup>26</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38.

<sup>27</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 316.

<sup>28</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 317.

<sup>29</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 318.

coronelistas de seus adversários. Os métodos do clientelismo e o recurso à fraude eram comuns também na capital do Estado.<sup>30</sup>

Mas, o mais importante desse desenvolvimento político de São Paulo, é seu desdobramento futuro, como sublinha Fausto: “No plano da política nacional, a divisão partidária contribuiu para tornar problemática a presença paulista em uma evolução oposta ao Rio Grande do Sul.”<sup>31</sup>.

### 3.3 O Tenentismo

A nova conjuntura nacional se mostrava cada vez mais visível a partir do terceiro decênio do século XX. As mudanças econômicas e políticas refletiam-se em mudanças sociais. O crescimento da população urbana e os novos quadros econômicos da vida cotidiana fizeram surgir mais abertamente, dentro do debate político, uma classe média e, com ela “Os ajustes e desgastes entre as oligarquias, nas sucessões presidenciais, ganharam novos contornos.”<sup>32</sup>.

Durante a campanha das eleições presidenciais de 1922 - que viu a vitória de Artur Bernardes, (candidato da situação) em detrimento de Nilo Peçanha (candidato dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e do Estado do Rio) veio à tona a insatisfação militar com a candidatura de Artur Bernardes. O desgaste entre o governo de situação e a caserna continuou aumentando ao longo do ano.

Antes da posse do candidato já eleito, em 05 de julho de 1922, acontece o episódio que marca o início do movimento tenentista, que ficou conhecido como revolta do Forte de Copacabana, quando um grupo de oficiais do exército, de patente intermediária, se rebelou em protesto contra o fechamento do Clube Militar, e a eleição de Artur Bernardes.

No levante, contudo, os insurgentes foram vencidos pelo governo sem maiores dificuldades, e no dia seguinte Hermes da Fonseca, que liderava o motim, abre as portas do forte, sinalizando seu fracasso. Dos 300 homens, quase todos se renderam, e os que restaram decidiram enfrentar as tropas legalistas que cercavam o forte. Ao fim da quartelada, de todos os revoltosos apenas quatro escaparam com vida do episódio.

Passados dois anos da primeira insurreição, acontece em São Paulo o episódio que fica conhecido como Segundo 05 de Julho. O nome do episódio reflete a escolha deliberada dos

---

<sup>30</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 318.

<sup>31</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 318.

<sup>32</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 305.

revoltosos, para homenagear a Revolta dos 18 do Forte, em realizar o novo levante no aniversário de dois anos daquela ocorrida anteriormente. O local em que aconteceria a segunda insurreição também foi uma escolha ponderada, devido a importância do estado de São Paulo para a república.

Cabe salientar que, desta vez, a ação dos tenentistas era muito mais bem preparada. Não era uma reação, mas um movimento premeditado com o propósito explícito de depor o governo de Artur Bernardes. Durante a década de 1920, identifica o historiador Boris Fausto: “Bernardes personificou o ódio que os ‘tenentes’ tinham da oligarquia dominante.”<sup>33</sup>.

O movimento teve início com a tomada de alguns quartéis na capital paulista, desenvolvendo-se em uma batalha para o controle da cidade. Fausto relata que os choques iniciais foram marcados por desinformação de ambos os lados. Em 9 de julho, escreve o autor: “quando os revolucionários se preparavam para abandonar a cidade, chegou a eles a notícia de que a sede do governo - os Campos Elísios - estava vazia. De fato, o governador Carlos de Campos, a conselho militar, saíra da cidade, instalando-se em seus arredores.”<sup>34</sup>. A batalha pelo controle da cidade continuou. A resposta legalista veio na forma do emprego irrestrito de artilharia, sem distinguir alvos militares, atingindo civis indiscriminadamente. Lira Neto detalha a resposta do governo:

Em nome da legalidade, ordenou-se um alucinado bombardeio sobre São Paulo. Canhões de 155 milímetros, que os tratados internacionais previam ser de uso exclusivo em ataques a fortificações inexpugnáveis, dispararam a esmo sobre bairros populosos da cidade, sem qualquer alvo militar definido.(...)Quarteirões inteiros foram reduzidos a nuvens de pó e escombros. Para completar o serviço, aviões do Exército lançaram morteiros de 60 quilos, abrindo crateras gigantescas em áreas residenciais, densamente povoadas.<sup>35</sup>

A presença dos revoltosos em São Paulo se estendeu até 27 de julho de 1924, quando abandonaram a capital do estado e se deslocaram pelo interior de São Paulo, até enfim se estabelecerem no oeste do Paraná, próximo à foz do Iguaçu. Boris Fausto relata que este movimento ficou conhecido como “coluna paulista”. As tropas provenientes de São Paulo confrontaram-se com os legalistas, aguardando a chegada de uma segunda coluna oriunda do Rio Grande do Sul, onde havia estourado uma revolta tenentista em outubro de 1924.

O historiador Boris Fausto identifica aí, na união das duas colunas, ocorrida em abril de 1925, e na sua decisão de percorrer o Brasil para propagar a ideia de revolução e levantar a

---

<sup>33</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 308.

<sup>34</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 309.

<sup>35</sup> LIRA NETO, **Getúlio 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 328.

população contra as oligarquias, o nascimento da Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que ficou conhecida como Coluna Prestes. A Coluna percorreu cerca de 24 mil quilômetros pelo interior do país até meados de março de 1927, quando chegou ao fim.

Apesar de ter em sua criação a ideia de propagar os ideais de revolução e levantar a população contra as oligarquias, como anota Fausto “O apoio da população rural não passou de uma ilusão, e as possibilidades de êxito militar eram praticamente nulas.”<sup>36</sup>. Além disso, seus números nunca superaram 1500 pessoas.

O historiador, não obstante, faz uma ressalva sobre a Coluna, dizendo que ela: “teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Para esses setores, havia esperanças de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação.”<sup>37</sup>.

### 3.4 As características do Tenentismo antes de 1930

O Tenentismo ficou conhecido assim pois foi um movimento desconectado do alto escalão do Exército, tendo como seus principais expoentes oficiais de patente intermediária.

Enquanto movimento político, agrupava consigo diferentes linhas de pensamento, e seus expoentes eram motivados, principalmente, por um sentimento de descontentamento generalizado com a conjuntura política do país dos anos 1920. Boris Fausto define o movimento como “ideologicamente difuso”, militarista e autoritário<sup>38</sup>. Dadas estas características, os partidários do movimento não possuíam um projeto político definido. Suas críticas eram um ataque às oligarquias da república velha, sem assimilar uma crítica radical à estrutura socioeconômica do país. Assim, Fausto também enuncia:

A ideologia tenentista dos anos 1920, expressa em uns poucos escritos, revela desde logo uma extrema pobreza e a incapacidade de transcender os limites da crítica jurídico-política, aspecto em que, aliás, coincide com os ideólogos liberais de oposição. Os “tenentes” pagam tributo à indefinição ideológica que se abre com a perda de influência do positivismo e o predomínio da velha retórica liberal. Nos primeiros trinta anos do século, tal retórica, embora em crise cada vez mais acentuada, mantém-se como marco predominante até a verdadeira revolução que se processa nesta instância, nos anos 1930.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 308

<sup>37</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 80.

<sup>38</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 80.

<sup>39</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 86-87

Era, também, um movimento desconexo da sociedade civil. De gênese militar e autoritária desvinculado dos meios civis. Sobre isso, diz Fausto: “os ‘tenentes’ se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerte. Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do ‘povo’.”<sup>40</sup>. Em outras palavras: não era um movimento político pelo povo, mas um movimento político apesar do povo. Lira Neto, por sua vez, acrescenta a esta afirmação ao dizer:

O tenentismo, gestado na base da oficialidade, nutria-se do ímpeto de uma mocidade fardada que pregava a modernização e a moralização dos costumes políticos — e que portanto se arvorava como a guardiã da “pureza republicana” e como a defensora intransigente das instituições, contrapondo-se aos chamados “soldados profissionais”, aqueles que não aceitavam a interferência das forças armadas em assuntos de política. Os rebeldes acreditavam que, diante da corrupção atávica das elites civis e da presumida passividade das classes populares — ou do “populacho”, como dizia o líder tenentista Juarez Távora —, caberia aos militares a condição de árbitros supremos da sociedade. Fundamentalmente autoritários, rejeitavam a ação política dos partidos e apoiavam a revolução como única forma possível de promover uma mudança efetiva.<sup>41</sup>

Demonstra, enfim, o caráter elitista do movimento, de acordo com Boris Fausto, a sua estratégia de ação: “a insurreição desligada das classes populares, incapazes de superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das oligarquias. Mas a intervenção da força armada visa também ‘prevenir excessos’.”<sup>42</sup>. Conclui Fausto:

Neste ponto verifica-se que a ideologia tenentista opta pelo caminho da negação às classes populares dos instrumentos formais da democracia política burguesa - o voto direto para qualquer representação e o sufrágio universal - em nome de uma postura que não visa a superar criticamente esses instrumentos formais. Pelo contrário, o que se pretende é institucionalizar a marginalização das classes populares do processo político. Se as massas são atrasadas, se “votam mal”, é preciso cortar-lhes esses direitos para que a ordem possa reinar.<sup>43</sup>

Outra característica do movimento tenentista é sua crítica a descentralização republicana, a qual atribuem a um liberalismo excessivo. Como dito anteriormente, o “pacto dos governadores” de Campos Sales garantiu grande autonomia para as oligarquias provincianas e municipalistas (em troca, o poder Executivo possuía amplos poderes para governar sem resistência parlamentar), mas o Estado manteve, por determinação constitucional, enorme

---

<sup>40</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 81.

<sup>41</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 328.

<sup>42</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 89.

<sup>43</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 89-90.

liberdade e capacidade para intervir nos estados<sup>44</sup>. Para os tenentistas, isto causava um desequilíbrio institucional. Como leciona Fausto:

Ao mesmo tempo que se prega a maior centralização, tende-se a identificar o domínio das oligarquias com a predominância do Poder Executivo, que intervém na composição do Legislativo, fere a autonomia estadual, viola as liberdades individuais, com a contínua decretação de estados de sítio. Por isso, buscar a maior centralização não significa para os “tenentes” reforçar as atribuições do Executivo, mas, pelo contrário, acentua-se a necessidade de restaurar o equilíbrio entre os três poderes, admitindo-se a hipótese de uma predominância do Judiciário, cuja independência seria assegurada pela autorrenovação dos quadros. O Executivo, para os “tenentes”, não é ainda o instrumento mais propício para realizar alterações na ordem vigente. A sua utilização pela oligarquia leva-os a localizar no desequilíbrio de poderes um dos pontos de apoio do governo e a procurar no Judiciário, órgão aparentemente mais distante dos políticos por sua natureza, a garantia do bom funcionamento do regime.<sup>45</sup>

A defesa de uma maior centralização Estatal, portanto, era, para os tenentistas, um reflexo de sua própria natureza autoritária e militarista, que dialogava com sua postura “anti-povo”, oposição ao sufrágio universal e defesa de eleições indiretas<sup>46</sup>.

#### 4 OS ÚLTIMOS MOMENTOS DA REPÚBLICA VELHA

Já antes da virada do século XX o Brasil controlava a maior parte de todo o café produzido no mundo, o que possibilitou às oligarquias cafeeiras a manipulação da oferta mundial de café, e superada a primeira crise de superprodução, a elite agrária nacional percebeu que se encontrava em posição privilegiada para se defender contra a baixa de preços<sup>47</sup>.

O governo do mineiro Artur Bernardes, conforme dito alhures, iniciou-se com dificuldade mesmo antes da votação que o elegeu, empossado, lançou mão seguidas vezes da decretação de estado de sítio. Na esfera econômica, enfrentou ampla insatisfação popular, advindas dos esforços de seu antecessor, Epitácio Pessoa, com políticas de valorização do café, que foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e pela inflação na época. Fausto ainda destaca:

---

<sup>44</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, pp. 149-196, 2012.

<sup>45</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 88

<sup>46</sup> Não se pode deixar de ressaltar que, embora outros levantes e quadros específicos do movimento tenentista não tenham sido abordados no presente trabalho, que optou por focar nas linhas gerais da incerta ideologia tenentista, e apesar destas linhas gerais ressoarem com outras ideologias anti *establishment*, difusas e autoritárias presentes na atualidade, assim como o fez Fausto em sua obra, a figura de Luís Carlos Prestes foge à regra do movimento tenentista, ao assimilar uma crítica radical à estrutura socioeconômica do país. O que culmina no seu eventual rompimento com o movimento Tenentista. Sobre isto, v. FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 86.

<sup>47</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 252.

“Entre as preocupações centrais do presidente estavam os pagamentos da dívida externa, que se elevariam com a retomada do pagamento não só dos juros como do principal, a partir de 1927.”<sup>48</sup>.

Apesar das instabilidades políticas e dos percalços econômicos, a sucessão do mineiro Artur Bernardes ocorreu sem dificuldades, concretizando a alternância de poder entre Minas e São Paulo com a eleição de Washington Luís, com 98% dos votos<sup>49</sup>.

O “paulista de Macaé” (já que era nascido na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro, mas com toda a carreira política construída em São Paulo) assume seu cargo com, como leciona Fausto, um grande sonho “que consistia na estabilização da moeda, pretendendo como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação.”<sup>50</sup>. Isto significava dizer que o novo presidente almejava uma reforma monetária onde a moeda deixaria de ser fiduciária, e passaria a ser lastreada.

Faz-se necessário que se exponha a ambição do 13º presidente do Brasil, pois, nas palavras de Fausto:

Seria muito difícil prever, no início de 1929, que após a presidência relativamente tranquila de Washington Luís surgiria uma forte cisão entre as elites dos grandes Estados. Mais ainda, que essa cisão acabaria por levar ao fim da Primeira República. Os desentendimentos começaram quando, de forma surpreendente, Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão. Como se isso não bastasse, fechou a questão em torno do governador de São Paulo, Júlio Prestes. Até hoje, as razões da intransigência de Washington Luís são discutidas. Não devemos menosprezar um componente psicológico, mas ele não representa tudo. É provável que o presidente considerasse ser Júlio Prestes o homem capaz de assegurar a continuidade de seu plano financeiro. Júlio Prestes, na qualidade de líder da maioria no Congresso, garantiria a aprovação do plano.<sup>51</sup>

A insistência do líder paulista em indicar outro paulista para a sucessão presidencial somou-se ao colapso dos preços internacionais, alterando o cálculo político no Brasil<sup>52</sup>. Esta cisão com o velho pacto das oligarquias empurrou as elites mineira e gaúcha para um acordo. Fausto defende que: “para lançar o Rio Grande [do Sul] em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal e a perda das vantagens que isso significava, era preciso oferecer aos gaúchos a própria presidência.”<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 315.

<sup>49</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 250.

<sup>50</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 315.

<sup>51</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 319.

<sup>52</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 39.

<sup>53</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 319.



#### 4.1 A candidatura de Vargas

Getúlio Vargas foi figura central na Revolução de 1930, para Levine, foi o brasileiro mais influente do século XX<sup>54</sup>. Nas palavras de Fausto, Vargas possuía um temperamento “introvertido, cauteloso na fala, mas sabendo usá-la na ocasião oportuna”<sup>55</sup>. Levine, por sua vez, descreve Vargas como alguém:

Realista, e mestre em ocultar suas intenções, Vargas era um homem difícil de ser decifrado, até pelos amigos. Para mascarar a simplicidade que lhe era inerente, cultivava a brandura. Desagradava-lhe responder de imediato, dizia que preferia pensar bem antes de falar. Consequentemente, as pessoas aprenderam a não confiar nele. No decorrer de cada estágio de sua carreira, Vargas permaneceu uma figura misteriosa, enigmática e inescrutável, um homem que representava coisas diferentes para pessoas diferentes. Mas compreendia o poder e sempre sonhou, talvez quixotescamente, em impulsionar a nação até que esta pudesse controlar o próprio destino.<sup>56</sup>

O político gaúcho ingressou na política ainda em sua juventude e fez carreira ocupando diversos cargos. Foi deputado estadual por diversos mandatos, elegeu-se deputado federal em 1922, reelegeu-se em 1924, ocupando o posto de líder da bancada republicana gaúcha. Compôs o governo de Washington Luís, sendo nomeado como Ministro da Fazenda em 1926, deixando brevemente a administração federal para concorrer ao governo do Rio Grande em 1927. Levine ainda destaca que, com saída do Ministério da Fazenda, Vargas “Não rompeu o relacionamento amigável com a administração de Washington Luís, mantendo os elos em âmbito nacional, e instou pela conciliação política”<sup>57</sup>. O temperamento conciliador de Vargas enquanto presidente<sup>58</sup> do Rio Grande angariou para si o apoio bipartidário, unindo as forças do tradicional grupo que compunha, o Partido Republicano Riograndense, com aquelas do Partido Libertador. Assim como destaca Boris: “este entendimento teria repercussões na presença gaúcha no plano federal. Ela se reforçava bastante, como os acontecimentos de 1929-1930 iriam demonstrar.”<sup>59</sup>.

A biografia de Getúlio Vargas elaborada por Lira Neto demonstra que as discussões sobre a sucessão presidencial para as eleições de 1930 haviam começado já em 1928, e desde seu início já estava claro que São Paulo e Minas Gerais disputavam o apoio do Rio Grande do Sul,

---

<sup>54</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13.

<sup>55</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 27.

<sup>56</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

<sup>57</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38.

<sup>58</sup> À época, o cargo chefe do executivo dos estados-membro era o de “presidente”, e não de “governador”.

<sup>59</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 317.

e com o passar do tempo, mais cristalino se tornava o entendimento de que a corrida presidencial já estava fadada a quebrar os já consagrados arranjos oligárquicos vigentes por toda a Primeira República.

Como demonstra o biógrafo, já em 1928 começavam as sondagens quanto à sucessão presidencial de Washington Luís, que já dava sinais de que sua indicação seria Júlio Prestes, outro político paulista. Vargas, entretanto, adota estratégia de “não se comprometer com ninguém”<sup>60</sup>.

No início de 1929 já estava claro quem seria o sucessor da cadeira presidencial de Washington Luís. Embora por debaixo dos panos as negociações com Minas Gerais avançassem, institucionalmente, o estado do Rio Grande do Sul não se posicionava sobre o tema da sucessão. Sobre a atitude gaúcha, Lira Neto concluirá: “sublinhava-se a ligação estreita do estado gaúcho com o governo federal e, ao mesmo tempo, não se descartava a possibilidade de um conchavo com Minas. A carta dizia e desdizia. Avançava e recuava.”<sup>61</sup>.

Na visão de Boris Fausto, a atitude de Washington Luís “empurrou mineiros e gaúchos para um acordo”<sup>62</sup>. Ao longo de 1929, continuaram as articulações políticas para ampliar o apoio da aliança formada por Minas Gerais e Rio Grande. Este apoio foi encontrado no estado da Paraíba, na nomeação de João Pessoa para compor a chapa com o candidato do Rio Grande como candidato à vice-presidência. Formava-se a Aliança Liberal, cuja campanha seria feita em nome de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e governador da Paraíba, à vice-presidência<sup>63</sup>. No mesmo dia, 30 de julho de 1929, o Partido Democrático (uma dissidência do partido situacionista paulista, pautada, principalmente, na defesa de uma “reforma política por meio do voto secreto e obrigatório, a representação das minorias, independência dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), a atribuição ao Judiciário da fiscalização eleitoral.”<sup>64</sup>) declara seu apoio à candidatura de Vargas. No dia seguinte, era vez do gaúcho Partido Libertador declarar apoio oficial à candidatura de Vargas.

## 4.2 O programa da Aliança Liberal

---

<sup>60</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 317-318.

<sup>61</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 330.

<sup>62</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 319.

<sup>63</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 319.

<sup>64</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 317.

O que propunha a Aliança Liberal? Durante a campanha ela precisava ser, antes de mais nada, uma plataforma sedutora para o eleitorado, vez que se tratava de uma candidatura de oposição que não contava com o apoio da maioria dos estados da União. Na costura das articulações para angariar o apoio do Partido Libertador, Vargas, “o político que pregara contra o voto secreto, o ex-deputado que comparara a Coluna Prestes a uma horda de cangaceiros”<sup>65</sup>, demonstrando mais uma vez suas qualidades pragmáticas e oportunistas, anuiu com as exigências. Para Boris Fausto:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil ‘uma questão de polícia’, a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência, ‘como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos’. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.<sup>66</sup>

Havia, também, uma preocupação para com a parcela religiosa do eleitorado, já que o Brasil era, e ainda é, um país majoritariamente católico, assim era frisada “a necessidade de não se ferir os pruridos dos eleitores mais religiosos, uma questão delicada, dado o histórico positivista do Rio Grande do Sul.”<sup>67</sup>. Além disso, como demonstra a busca e obtenção do apoio paraibano, a preocupação de um esforço para direcionar atenção específica ao Nordeste, a fim de maximizar a obtenção de votos na região, que vinha sendo esquecida por parte das autoridades brasileiras desde o início do ciclo do café e o enfraquecimento das elites açucareiras.

Em conclusão, a iniciativa da Aliança Liberal, assim como foi o tenentismo, era um aglomerado de interesses ecléticos e não tinha como fim provocar mudanças estruturais na sociedade. “Até mesmo aspectos pontuais como a anistia e o voto secreto significavam meros chamarizes para a composição de apoios mais largos.”<sup>68</sup>, explica Lira Neto.

---

<sup>65</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 358.

<sup>66</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 319-320.

<sup>67</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 374.

<sup>68</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das

Ao mesmo tempo que a disputa eleitoral corria, começavam a brotar acusações do movimento iniciado pela Aliança Liberal ser, na realidade, um movimento de fachada liberal e progressista que escondia a gênese de um outro movimento autoritário. A verdade é que ao longo do segundo semestre daquele ano, o termo “revolução” continuou a ser enunciado. E a possibilidade de uma insurreição armada crescia no imaginário dos dirigentes da Aliança Liberal. Nas palavras de Lira Neto:

Ainda diziam ter plena confiança no sucesso eleitoral, mas não descartavam a alternativa de defender a vitória pela força, caso o resultado das urnas fosse fraudado ou simplesmente desconsiderado, já que o governo federal detinha a maioria absoluta do Congresso e as atas das eleições nacionais precisavam ser homologadas pela Câmara e pelo Senado. No caso de o Catete vir a pressionar o Legislativo para o não reconhecimento dos eleitos, a situação poderia tomar contornos imprevisíveis<sup>69</sup>

Neste ínterim, alguns líderes da Aliança Liberal, de forma paralela à campanha, estabeleceram contato com líderes do movimento tenentista, para discutirem a possibilidade da efetivação de uma revolta armada. É sabido que Vargas se encontrou com Luís Carlos Prestes ao menos duas vezes, a primeira, ainda ao final de 1929, e a segunda no início de 1930.

#### 4.3 A crise econômica de 1929

Na esfera econômica, é notório que em 1929 ocorre a maior crise econômica já registrada até então. O *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque reverberou por todo o globo. Com uma matriz econômica pouco diversificada, que ainda sustentava os moldes produtivos do período colonial baseado na exportação de café, sem grande desenvolvimento industrial, principalmente no que diz respeito à indústria de base, e com políticas e com a implementação de mecanismos de defesa do preço do café, o Brasil se encontrava numa situação especialmente vulnerável no sobrevir da queda da bolsa estadunidense.

As políticas de Estado de defesa do preço do café geraram nos donos de terra a expectativa de lucro certo que nos anos anteriores à crise levaram ao aumento acelerado da capacidade produtiva cafeeira, o que fez crescer, na mesma medida, o acúmulo de estoques do excesso produzido. De acordo com Furtado, não existia a possibilidade deste excedente produtivo ser utilizado num futuro previsível e para o autor:

Mesmo que a economia mundial lograsse evitar nova depressão, após a grande expansão dos anos 20, não havia nenhuma porta pela qual se pudesse antever a saída

---

Letras, 2012, p. 374.

<sup>69</sup> LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 382.

daqueles estoques, pois a capacidade produtiva continuava a aumentar. A situação que se criara era, destarte, absolutamente insustentável.<sup>70</sup>

Em termos gerais, isto significava dizer que já existia uma bolha do preço do café na esfera econômica nacional. Entretanto, diminuir a capacidade produtiva poderia implicar em perda da competitividade de preço, o que, por sua vez, poderia implicar na perda da manutenção do monopólio exercido sobre as exportações do artigo no mercado internacional.

A queda da bolsa de Nova Iorque fez com que ocorresse uma queda nos rendimentos decorrentes da exportação do café. Isso significa dizer que: de forma quase imediata, o influxo de caixa decorrente desta exportação foi cortado, o que desencadeou uma enorme dificuldade de se obter moeda estrangeira, o que, por sua vez, se traduziu em uma impossibilidade de se pagar os empréstimos contraídos em bancos estrangeiros e, conseqüentemente, culminou num esgotamento das reservas monetárias nacionais no curto período entre setembro e dezembro de 1929.

O efeito político da crise, por sua vez, foi o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo. Fausto assevera que, apesar de não ter ocorrido uma ruptura entre o governo e o setor cafeeiro, “os descontentamentos resultantes da crise mundial deixaram marcas em São Paulo. Se os democráticos já estavam na oposição, crescia o número daqueles que podiam até votar no governo, mas não se dispunham a jogar nele toda a sua sorte.”<sup>71</sup>.

## 5 A REVOLUÇÃO DE 1930

Em meio às ebulições da campanha eleitoral, o candidato da situação, Júlio Prestes, venceu as eleições em maio de 1930. Borges de Medeiros, líder do Partido Republicado Riograndense, chegou a reconhecer a vitória do adversário político. Entretanto, já desde o ano anterior, existiam apoiadores de uma eventual resposta armada a um resultado negativo nas urnas.

O assassinato de João Pessoa, mesmo que cometido por uma questão pessoal, avivou o ímpeto da oposição. Sua morte foi amplamente explorada politicamente nas articulações do “movimento revolucionário”, principalmente no recrutamento de quadros dentro do exército, como Góes Monteiro, a quem o comando geral do movimento foi entregue<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 258.

<sup>71</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 321.

<sup>72</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 324.

As movimentações militares ditas revolucionárias tiveram seu início nas primeiras horas de 03 de outubro de 1930, com confrontos no nordeste, sudeste e sul. Entretanto, antes mesmo de um confronto decisivo entre as forças governamentais e de oposição, uma junta militar depôs o presidente da república no Rio de Janeiro. Para Levine: “A atitude do comando militar, que encerrou a República exatamente como lhe dera início, meio século antes, foi fundamental para a vitória”<sup>73</sup>.

## 5.1 O pós-golpe

Da mesma forma que a Aliança Liberal, que capitaneou o movimento revolucionário, a revolução de 1930 é entendida como um movimento heterogêneo. Eclético em suas posições políticas. Autoritário por sua natureza. Centralizador e Liberal ao mesmo tempo. Assevera Fausto:

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações<sup>74</sup>

Para Fausto, a contraposição entre os quadros políticos jovens e os quadros políticos tradicionais da República Velha conta no cerne da questão. Ainda leciona o autor, em obra distinta:

Em síntese, a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Essas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas, imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros), e as divisões “puras” de fração - burguesia agrária, burguesia industrial - não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário.<sup>75</sup>

Em outras palavras, o fim da República Velha não significou uma revolução estrutural da sociedade, tampouco uma alteração nas classes dirigentes da política brasileira. Não foi uma tomada de poder de uma classe social em detrimento de outra, mas, uma resposta de classes sociais em ascensão ao definhamento dos arranjos políticos anteriores. Isso quer dizer: não

---

<sup>73</sup> LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 43.

<sup>74</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 326.

<sup>75</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 135-136

houve, por ocasião da vitória da Aliança Liberal, uma substituição da classe dominante. Pelo contrário, a antiga elite rural continuou a exercer poder considerável na política nacional.

## 6 O PENSAMENTO AUTORITÁRIO DO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

Com a vitória da Aliança Liberal e a deposição do presidente da república, em sua obra “A Revolução de 1930: Historiografia e História”, concluiu Boris Fausto: “A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 03 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.”<sup>76</sup>.

A afirmação, entretanto, não transcreve corretamente a relação das forças políticas à época.

Desde os primeiros conchavos para apresentar uma candidatura de oposição, do surgimento do movimento tenentista, ou, ainda antes, desde as primeiras crises enfrentadas pelo Estado brasileiro desde a instauração da república, algumas características ideológicas já permeavam todo o movimento político que culminou na Revolução de 1930 e, posteriormente, se consagrou com o Golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo na história política brasileira.

Já em 1914, Alberto Torres publicava *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, onde já se expressavam ideias de Estado de regime forte como o ente competente para “formar o povo”<sup>77</sup>. Cabendo ao Estado a tarefa de construir a nação.

De acordo com Fausto, Torres é um dos primeiros a expressarem a “passagem de um ‘nacionalismo naturalista’ a um nacionalismo voltado para uma temática político-social.”. Sendo, portanto, um dos pioneiros a teorizar sobre os conceitos à luz da sociedade brasileira. Bariani ainda nos conta que o nacionalismo para Torres:

Representaria a idéia-força da organização do país e possibilitaria: um ordenamento político-administrativo capaz de barrar os interesses individuais ou de grupos particulares, promover a coesão social e a harmonia entre as classes (e também entre capital e trabalho), o progresso material (cuja vocação agrícola do país lhe parecia óbvia), zelar pelas fontes de vida e recursos naturais e colocar o país nos trilhos da evolução e do desenvolvimento<sup>78</sup>

Oliveira Vianna, principal discípulo direto de Alberto Torres, enxergava no liberalismo o grande mal da nação. E, do mesmo modo que Torres, a solução para tal era a constituição de

---

<sup>76</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 325.

<sup>77</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, pp. 302-323, 2005.

<sup>78</sup> BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, pp. 161-167, 2007.

um Estado forte, centralizado e corporativista, com a existência de conselhos responsáveis por auxiliar o governo na tomada de decisões<sup>79</sup>.

O que é nítido, ao longo de todo o período, é o surgimento de ideólogos que compõe uma corrente de pensamento de cunho nacionalista e autoritária, que vai se tornando crescentemente corporativista, além de notadamente racista. Em alguns pontos assemelhada, em outros inspirada, nos fenômenos fascistas e nazistas observados na Europa. Sobre sua influência, salienta Fausto:

No que diz respeito aos pensadores autoritários, cabe lembrar que, embora não estivessem à frente de um movimento — até porque não era esse seu papel —, tiveram considerável influência intelectual entre 1930-45, quando o quadro mundial e os dilemas internos do país, como já salientamos, pareciam dar razão a seus argumentos<sup>80</sup>

Ou seja, mesmo que estes não estivessem à frente dos movimentos políticos, sua influência era de alçada intelectual. Isso quer dizer: não líderes dentro dos movimentos políticos que influenciaram, mas eram referência teórica, no sentido de que arrazoavam as teses destes movimentos.

## 7 CONCLUSÃO

Antes da Revolução de 1930, o liberalismo federalista imperava praticamente incontestado na política brasileira, pois era benéfico à burguesia cafeeira. Com o declínio do ciclo do café, abriu-se um vácuo de poder, que foi rapidamente preenchido pelas novas forças sociais, que, por sua vez, tiveram sua ascendência nos próprios círculos dominantes.

As disputas ideológicas que marcam o debate acadêmico e político-partidário no entorno da Revolução de 1930 não se propunham a alterar a ordem social vigente. As cismas voltavam-se para a disputa sobre a forma na qual as classes dominantes organizariam o Estado, e não sobre a ordem social vigente. Ganha espaço no ideário político-institucional brasileiro as perspectivas crescentemente fascizantes propostas por autores como Oliveira Vianna e Francisco Campos que, advindos das Faculdades de Direito do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Minas Gerais (UFMG), ganhavam crescente espaço nos governos varguistas.

---

<sup>79</sup> VISCARDI, Cláudia M. R. Corporativismo e neocorporativismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 64, p. 243-256, 2018.

<sup>80</sup> FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001, p. 26.



Cada vez mais, desde a Revolução de 1930, observa-se estes valores postos em prática. Até mesmo a criação do Ministério do Trabalho foi feita, não porque era uma justa demanda dos trabalhadores e operários, mas, porque era necessário apaziguar os conflitos de classe. Oliveira Vianna é, inclusive, escolhido como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, em 1932<sup>81</sup>.

O caráter corporativista e autoritário das correntes de pensamento e movimentos políticos do início do século XX é subsidiado por ideólogos como Alberto Torres, Francisco Campos e Oliveira Vianna, cujo prognóstico para o Estado, com fortes influências nos movimentos nazistas e, principalmente, fascistas da Europa, é seu fortalecimento, com a centralização dos poderes na figura do presidente, e a organização de uma estrutura social e sindical centrada no Estado que apazigue os conflitos sociais, sem se desvincular de uma estratificação hierarquizada da sociedade.

O conceito de corporativismo, ao qual se refere, está definido no Dicionário de Política de Norberto Bobbio como “uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais”<sup>82</sup>. Mais adiante, o autor do verbete, Ludovico Incisa, vai diferenciar os tipos de corporativismo em um modelo mais recente que chama de “tecnocrático”; um outro que chama de “contrarrevolucionário” ou tradicional, e ainda outro que chama de “dirigista” ou fascista. Sendo este último aquele que interessa a análise, como se extrai do verbete:

Enquanto o Corporativismo tradicional é essencialmente pluralista e tende à difusão do poder, o Corporativismo fascista é monístico (não é por acaso que está filosoficamente ligado ao idealismo), tenta reduzir à unidade, àquela unidade dinâmica que é ambição do sistema, todo o complexo produtivo. No Corporativismo tradicional, as corporações se contrapõem ao Estado; no Corporativismo fascista, as corporações estão subordinadas ao Estado, são órgãos do Estado.<sup>83</sup>

Como se observa, o corporativismo defendido por muitos dos ideólogos das correntes políticas que culminariam na Revolução de 1930 e que se tornariam hegemônicos no golpe estadonovista de 1937 não possuía diferença prática daquilo que era pregado pelo fascismo europeu. É a mesma conclusão do autor do verbete:

De resto, o Corporativismo, tal como tem sido posto em prática nos países em vias de desenvolvimento, apresenta características não diversas das do Corporativismo

---

<sup>81</sup> GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. **Tempo**, Niterói, v. 25, n. 1, pp. 110-131, 2019.

<sup>82</sup> INCISA, Ludovico. Corporativismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 287-291.

<sup>83</sup> INCISA, Ludovico. Corporativismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 287-291.

dirigista de modelo fascista; basta, aliás, pensar que o ordenamento corporativista brasileiro do *Estado Novo* de Vargas se inspirava diretamente na Carta do trabalho fascista.<sup>84</sup>

Em outras palavras, significa dizer que, embora a etiqueta de “fascismo” seja geralmente reservada para categorizar a Ação Integralista Brasileira, as correntes políticas usualmente descritas como tão somente como “autoritárias” pela historiografia, são em realidade, parte de um mesmo crescimento fascista que se observava em várias partes do globo, e que viria a assumir contornos incontestes no Brasil quando da outorga da Constituição de 1937, que organizaria a ditadura do Estado Novo.

---

<sup>84</sup> INCISA, Ludovico. Corporativismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 287-291.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTRA, Vinícius Batelli de Souza. Origens do presidencialismo no Brasil: um estudo sobre o pensamento político republicano no segundo reinado. **Tese** (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, pp. 161-167, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CARONE, Edgard. Os Congressos da II Internacional: (Stuttgart - 1907). **Princípios**, São Paulo, n. 24, pp. 55-63, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França: de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. **Tempo**, Niterói, v. 25, n. 1, pp. 110-131, 2019.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX [1914-1991]**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A era dos impérios, 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras,

2001.

LIRA NETO. **Getúlio 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, pp. 149-196, 2012.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres; Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, pp. 302-323, 2005.

VISCARDI, Cláudia M. R. Corporativismo e neocorporativismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, pp. 243-256, 2018.